



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

## TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009932-07.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 189/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1682/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **RENATO APARECIDO DE MOURA**

Aos 12 de junho de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **RENATO APARECIDO DE MOURA**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi inquirida a vítima Nelson Alessandro Massoli Rocha. As partes desistiram da oitiva das testemunhas comuns Jorge Norberto Mian e Juliana Roberta Cruz Rocha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em mídia digital, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 155, § 4º, inciso II, do Código Penal, uma vez que, segundo a peça acusatória, visando subtrair um caminhão, usou de fraude para burlar vigilância da vítima, visto que se apresentou com pretenso interessado em adquirir o automóvel. De acordo com o depoimento da vítima, após obter desta a anuência para sair com o caminhão e experimentá-lo, o réu sumiu com o bem, subtraindo-o. Neste caso, a definição correta é de furto mediante fraude, não havendo que se falar em apropriação indébita ou estelionato. Não basta para fins de diferenciação de fraude de estelionato e fraude que qualifica o furto dizer que no primeiro caso é a vítima quem entrega o bem e no segundo, é o agente que o subtrai. Estudo mais demorado sobre o tema, inclusive em decisão recente do STJ, a interpretação que se deve fazer é de que o estelionato a vítima entrega o bem acreditando que está fazendo um negócio lícito e a entrega tem por fim realmente transferir a propriedade para quem recebeu; no furto mediante fraude a entrega se dá de forma precária e sem a intenção de transferir a propriedade, acreditando a vítima que logo o bem retornará para ela, ou será dado o destino adequado, mas percebe-se que nesse caso de furto a entrega é iludida pelo agente, que usa fraude para encobrir a sua verdadeira intenção que é a de subtrair o bem, como no exemplo naquele que simula interesse em experimentar um carro e consegue mediante anuência da vítima ingressar na posse deste e desaparece. Também não ocorre o crime de apropriação nesses casos, posto que o dolo do agente é pré-existente à posse, como no caso dos autos, em que a intenção já era deliberada, tanto que o réu usou a estratégia de se apresentar como pessoa interessada em comprar o bem. Assim, descarta-se as figuras do estelionato e de apropriação indébita, visto que neste delito a posse é consentida pela vítima sem qualquer fraude. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia, visto que a sua confissão e a palavra da vítima, que o reconhece, formam um quadro seguro de autoria e materialidade. O réu é reincidente, tendo várias condenações, de modo que algumas delas devem ser usadas para elevar a pena-base acima do mínimo. Embora a pena fixada possa ser até quatro anos e o réu não seja reincidente específico, as condições judiciais do artigo 59 não indicam que



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

a substituição da pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito seja suficiente e adequada para reprimir e prevenir crimes. Para esta substituição não basta a existência dos requisitos objetivos, quando subjetivamente, em razão de diversas condenações, percebe-se que a sanção, devendo ser adequada, não pode ser por pena restritiva de direitos. Por outro lado, o réu tem várias condenações por crime de estelionato e dois meses após a prática deste fato, nesta cidade, cometeu delito da mesma natureza, ou seja, furto mediante fraude. Assim, em face da reincidência e desses antecedentes de crimes contra o patrimônio, o regime inicial mais adequado deve ser o fechado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. O acusado confessou os fatos narrados na exordial acusatória e a sua confissão não se mostra dissonante da prova produzida pelo MP. Contudo, a capitulação jurídica dos fatos delineada na denúncia deve ser classificada para o artigo 171, “caput”, do Código Penal. Isto porque malgrado as ponderações feitas pelo parquet, o quanto descrito na denúncia, confessado pelo réu, e narrado pela vítima, constituem o delito de estelionato. Com efeito, embora a fraude seja a característica inerente a este crime, no furto mediante fraude, o ardil burla a vigilância da vítima, que, assim, não percebe que a res está lhe sendo subtraída. No estelionato, ao contrário, a fraude induz a vítima a erro, que voluntariamente entrega o seu patrimônio ao agente. Veja-se que consoante a doutrina, no furto a fraude visa desviar a oposição atenta do dono da coisa, ao passo que no estelionato o objetivo da fraude é obter o consentimento da vítima, viciado pelo erro. O dissenso da vítima no crime de furto, mesmo fraudulento, é elemento que integra tal tipo penal, de forma que não foi o que ocorreu no caso concreto, motivo pelo qual se requer a desclassificação já referida. Em caso de condenação, requer-se que seja compensada a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea. Caso haja condenação por furto, requer-se a substituição da pena restritiva de liberdade por restritivas de direito, eis que em tal caso a reincidência não será específica. Em qualquer caso, requer-se a imposição de regime semiaberto em observância à Sumula 269 do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. RENATO APARECIDO DE MOURA**, RG 40.696.056, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso II (segunda figura) do Código Penal, porque no dia 24 de agosto de 2016, no período da manhã, na Rodovia Washington Luiz (SP-310, altura do Km. 230), nesta cidade e Comarca, mais precisamente no estabelecimento comercial identificado apenas por “Valmassey”, subtraiu, para si, mediante fraude, o veículo VW/16.300 (caminhão), placas LYW-7552-São José dos Pinhais-PR, ano modelo 1997, cor branca, avaliado em R\$ 70.481,00, em detrimento de Nelson Alessandro Massoli Rocha. Consoante o apurado, o automotor de propriedade da vítima encontrava-se no estabelecimento “Valmassey”, de propriedade da testemunha Jorge Norberto Mian, para fins de revenda. No dia anterior aos fatos, após avistar o reportado veículo exposto no local em comento, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele se dirigiu até o local em tela e, passando-se por um cliente, manifestou o desejo de adquirir o caminhão. Ante a manifestação do acusado, Jorge o colocou em contato com Nelson Alessandro, oportunidade em que eles trataram acerca dos detalhes da transação comercial, porém sem entabular o negócio, ficando a sua consecução para os dias posteriores. No dia 24 de agosto, então, o denunciado retornou ao estabelecimento de Jorge. Ali, renovou o seu interesse na compra do veículo do ofendido, ao que solicitou a entrega de seus documentos, bem como manifestou o desejo de realizar um “test drive”, pedidos todos esses anuídos e atendidos por Nelson. Ocorre que, uma vez na posse do caminhão, o réu se evadiu, fato confirmado pelo próprio denunciado. Tem-se ainda que, persistindo na sua tentativa de mascarar o seu intento criminoso, o denunciado depositou em favor da vítima a cártula, a qual foi devolvida pelo banco sacado por se tratar de



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

produto de crime, consoante se depreende dos depoimentos e documentos. Recebida a denúncia (página 71), o réu foi citado (página 105) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (páginas 108/109). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma vítima e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a desclassificação da conduta para o estelionato. Subsidiariamente, a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade vem positivada nos autos pelo BO de fls. 5/6, demais documentos e prova oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o acusado confessou os fatos mencionados na denúncia, apenas afirmando em sentido contrário ao da vítima, que havia recebido o caminhão de forma definitiva, não para testá-lo. A versão do réu foi confirmada pela vítima em juízo, com a ressalva já destacada acima. Nada leva a crer que a vítima tenha mentido em juízo apenas para agravar a tipificação penal da conduta do acusado. Muito pelo contrário, nada leva a crer que a vítima tenha sido tão ingênua de entregar ao réu o veículo e toda a sua documentação sem ter recebido um único real como pagamento ou garantia. Desta forma, conclui-se que o réu realmente afirmou que iria testar o bem, apesar de ter manifestado firma intenção de compra-lo. Deve ser afastada a alegação da Defesa de desclassificação da conduta para estelionato, considerando que não houve a intenção do ofendido em dispor do bem no momento em que o entregou para o réu testá-lo. Se houvesse a conclusão do negócio, mediante pagamento fraudulento, aí sim poderia ser cogitada a entrega definitiva do veículo. Tendo ocorrido apenas a entrega momentânea, ao autor do delito, não se configurou o estelionato, mas sim furto mediante fraude, tal como ensina Guilherme de Souza Nucci, in “Código Penal Comentado”, 17ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2017, página 960. **Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para impor pena ao réu.** Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, considerando que o acusado ostenta condenações (fls. 92 e 99/100) transitadas em julgado por estelionato, fixo a pena-base um pouco acima do mínimo legal, ou seja, em dois anos e quatro meses de reclusão e onze dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência (fls. 95/96) porque em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea, devendo uma situação compensar a outra. Os antecedentes e a conduta social do réu, voltada para a prática de delitos, indicam que a substituição não é suficiente para corrigi-lo, em que pesem as alegações da combativa Defesa. **CONDENO**, pois, **RENATO APARECIDO DE MOURA** à pena de **dois (2) anos e quatro (4) meses de reclusão e onze (11) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 155, § 4º, inciso II, do Código Penal**. Por ser reincidente, com três condenações por estelionato, iniciará o cumprimento da pena no **regime semiaberto**, que reputo suficiente e proporcional ao caso em concreto. Concedo ao réu o benefício de apelar em liberdade. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ (assinatura digital):

M.P.:

DEFENSORA:

RÉU: